

REN

TURISMO

IMPORTÂNCIA E DESEMPENHO DA ATIVIDADE TURÍSTICA NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL

José Airton Mendonça de Melo
Mestre em Economia pela Universidade Nacional de Brasília (UNB) e Técnico do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) do Banco do Nordeste

Myrtis Arrais de Souza
Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Técnica do ETENE

RESUMO:

Objetiva demonstrar a importância da atividade turística para o crescimento e desenvolvimento econômico da Região Nordeste do Brasil, descrever as ações de governo - tanto no âmbito estadual como federal - para o delineamento de programas e políticas de apoio à atividade turística, e apresentar a oferta de equipamentos turísticos em funcionamento na Região. Pretende, com isso, despertar a atenção de governos e setor privado para a importância da infraestrutura básica e de apoio que possibilitará o pleno desenvolvimento do turismo na Região. Por fim, apresenta, em termos geográficos e de valor, a demanda insatisfeita de projetos turísticos na Região, em decorrência da escassez de recursos para financiamento por parte das agências de fomento oficiais.

PALAVRAS-CHAVE:

Turismo; Desenvolvimento Econômico; PRODETUR; Hotelaria; Brasil-Região Nordeste.

INTRODUÇÃO

Este estudo é parte da pesquisa intitulada "Considerações sobre a Inclusão do Setor de Turismo na Programação do FNE-1993", elaborada para subsidiar a proposta do Programa de Apoio ao Turismo Regional- PROATUR, a ser incluída na Programação do Fundo Constitucional do Nordeste-FNE-1993.

O Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), ao se reunir, em novembro de 1992, para apreciar a proposta de aplicação do FNE-1993, recomendou ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) a inclusão da atividade turística na programação do Fundo. Essa recomendação baseou-se nas determinações da Lei 8.181/91, de 28/03/91 e no Decreto nº 448, de 14/12/92, que equiparam o setor turístico à indústria, para efeito de obtenção dos financiamentos concedidos pelas instituições financeiras oficiais.

Além das informações fornecidas pelos órgãos públicos envolvidos com o setor, foram de fundamental importância para elaboração deste estudo o trabalho de nossa colega Laura : "Turismo e sua Importância para a Economia do Nordeste, BNB/ETENE, (1990)"⁽⁵⁾ e o estudo de concepção do "Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste/PRODETUR, (1992)"⁽⁶⁾, elaborado pelo Departamento de Projetos Integrados e de Infra-Estrutura-BNB/DEPRI.

Este trabalho, além desta introdução, compõe-se de quatro itens: 1 - Importância do Turismo para a Região; 2 - Apoio ao Desenvolvimento do Turismo na Região; 3 - Oferta de Equipamentos Turísticos na Região; e 4 - Projetos de Empreendimentos Turísticos nos Órgãos Oficiais de Financiamento.

1 IMPORTÂNCIA DO TURISMO PARA A REGIÃO

O Nordeste ocupa um espaço privilegiado do Brasil, conferindo-lhe vantagens comparativas extraordinárias para o desenvolvimento do turismo. Os 2.500 km de faixa litorânea, com belas praias ensolaradas de águas tépidas, aliadas ao clima quente, com temperatura variando entre 26 e 30°C praticamente o ano inteiro, fazem da Região um paraíso tropical não encon-

trado nas demais regiões brasileiras, comparando-se, inclusive, às ilhas do Caribe.

Fatores outros também merecedores de destaque como potenciais atrativos turísticos nordestinos são o patrimônio histórico, o folclore, o rico artesanato, a culinária típica de cada estado, a índole hospitaliera do povo e as atrações ecológicas.

O Nordeste como uma região pobre e carente de recursos financeiros, e que precisa desenvolver-se para alcançar melhores níveis de bem-estar para sua população, não pode deixar de explorar todas as suas vertentes potenciais para o alcance das metas de desenvolvimento.

Assim, reconhecendo os benefícios gerados pela atividade turística em termos econômicos e sociais, como a absorção da mão-de-obra, geração de renda, desconcentração espacial econômica, dentre outros, é necessário que se avalie com mais cuidado a contribuição que o setor pode oferecer ao esforço de reversão do quadro econômico regional, ainda muito aquém do nacional.

Pesquisa de demanda turística internacional, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Turismo-EMBRATUR em 1991, aponta o Nordeste como uma região capaz de competir com os tradicionais destinos turísticos brasileiros. O estudo mostrou que, dentre as cidades brasileiras mais visitadas pelos turistas estrangeiros, algumas das capitais nordestinas obtiveram as seguintes preferências: Salvador 20,3% dos alemães, 19,7% dos espanhóis e 19,9% dos italianos; Recife 20,9% dos franceses e 37,5% dos portugueses; e Fortaleza 12,6% dos franceses e 11,3% dos portugueses.

Esse desempenho do turismo nordestino segue a tendência mundial de procura por novos destinos que ofertem produtos competitivos e diferenciados.

Os mercados antes mais visitados, como Rio de Janeiro e estados do Sul do Brasil, estão perdendo posição para o Nordeste, uma vez que naqueles estados existe um certo nível de retração, em virtude de problemas ainda não resolvidos, como segurança pública, sinalização turística, comunicações, transporte urbano, informação turística, guias de turismo, táxis, além do relativamente elevado nível dos preços dos bens e serviços ofertados aos turistas.

No Nordeste, por sua vez, os fatores que são apontados como inibidores maiores do turismo são a falta de adequada infra-estrutura de

serviços urbanos e turísticos, o pequeno investimento em promoções no exterior, a pouca qualificação da mão-de-obra e a carência de recursos para financiar empreendimentos privados.

Se preenchidos esses hiatos, que existem de forma acentuada na maioria das cidades nordestinas, o desencadeamento de projetos turísticos com a qualidade exigida, certamente, efetivar-se-á.

É importante ressaltar, ainda, que o turismo não pode desenvolver-se adequadamente se a qualidade dos serviços e bens ofertados não for aquela exigida pelos visitantes. O efeito multiplicador exercido por cada visitante é muito grande e funciona tanto positiva quanto negativamente.

Estudos baseados na Matriz de Insumo-Produto do Brasil, elaborada para o ano de 1980, mostraram que a receita gerada pelo turismo no País, direta e indiretamente, corresponde a 2,2% do PIB. A renda gerada pelo setor distribui-se assim: 36,1% para salários, 57,3% para os lucros em geral e 6,6% para impostos e subsídios. E o setor empregou 2,6% da população economicamente ativa.

Ao se deslocar essa análise para o caso nordestino, cujo PIB a preço de mercado correspondeu a 16,7% do nacional, em 1991, ter-se-á uma estimativa da receita que o turismo gerará na Região.

Apesar disso, em termos de fluxo turístico, o Brasil ainda ocupa uma posição bastante modesta em relação aos demais países. Confrontando estatísticas nacionais (EMBRATUR) com as da Organização Mundial de Turismo (OMT), visitaram o Brasil, em 1990, 0,24% do total mundial de turistas, os quais geraram receita de US\$ 1,44 bilhão, que correspondeu a 0,57% da receita turística mundial.

A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas de São Paulo (FIPÉ), por sua vez, estima que o multiplicador dos gastos turísticos internacionais para o Brasil situa-se próximo a 2,85. Ou seja, para cada unidade monetária (UM) adicional despendida pelo visitante estrangeiro, verifica-se um acréscimo de 2,85 UMs na renda nacional.

O potencial de crescimento turístico nordestino pode ainda ser expresso através dos seguintes indicadores: a oferta de meios de hospedagem classificados pela EMBRATUR sofreu uma variação global positiva de 1,9% no período 1990-1991; houve aumento no número

de hotéis 4 e 5 estrelas, em 8,5% e 2,9%, respectivamente, comparando-se os anos de 1990-1991; existência de projetos turísticos de iniciativa privada em número considerável; e aumento de 4,2% do fluxo de entrada de hóspedes, nos meios de hospedagem classificados entre 1990 e 1991.

A sazonalidade da atividade turística do Nordeste é outro aspecto que pode ser levado em consideração neste estudo. Estatisticamente, segundo dados dos boletins de ocupação hoteleira fornecidos pela Comissão de Turismo Integrada (CTI-NE) para 1990 e 1991, a média de ocupação das unidades habitacionais nos meios de hospedagem das capitais nordestinas atinge seu ponto máximo nos meses de janeiro e julho, à exceção da cidade de Teresina que, em 1991, obteve no mês de setembro o seu ponto alto de ocupação. Quanto às taxas mínimas de ocupação observa-se, contudo, uma distribuição entre os meses de fevereiro, abril, maio, junho, novembro e dezembro, o que não define exatamente uma baixa estação.

É sabido que o turismo dinamiza os diversos setores da economia. Para se ter uma idéia, podem-se enumerar pelo menos vinte atividades correlatas, que absorvem os efeitos multiplicadores do turismo: hospedagem, transporte, alimentação, entretenimento, agenciamento, recepção, organização de eventos, interpretação e tradução simultânea, serviços de guia, informações turísticas, planejamento e consultoria turística. Vê-se, portanto, a imensa malha intersetorial que o turismo envolve, contando, inclusive, com o envolvimento de inúmeras pequenas e médias empresas formais e informais.

A potencialidade do setor turístico também pode ser medida pela sua taxa de crescimento. Conforme estatísticas da OMT/1990, enquanto o produto mundial, no período 1983-1989, cresceu a uma taxa média de 6,3% ao ano, a receita cambial gerada pelo turismo chegou a 8,3%, em média, no mesmo período.

Outro enfoque a ser observado, para a importância da indústria turística, é a sua participação dentre os dez principais itens de exportação da pauta brasileira de bens e serviços. Conforme dados da revista "Conjuntura Econômica", entre 1987 e 1989, o turismo contribuiu com cerca da metade do valor alcançado pelo primeiro item (material de transporte) classificado na pauta de exportação.

Além disso, não existem no mercado internacional barreiras que dificultem o comércio

turístico. Enquanto a maioria dos produtos comercializados estão sujeitos a acordos, taxas e retaliações, o turismo não sofre limitações dessa natureza.

A partir desta realidade, os governos estaduais da Região já vêm considerando o setor como mais uma frente alavancadora do crescimento econômico regional. Não obstante a boa resposta do setor em termos de *performance*, verifica-se ainda a necessidade de intensificar-se continuamente a implantação e ampliação de infra-estrutura pública capaz de dar suporte e competitividade à instalação de empreendimentos privados para exploração do potencial existente, a exemplo de obras de saneamento e acessos viários e aeroviários. Para tanto, está sendo implementado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste-PRODETUR/NE que, com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no financiamento de 50% do programa, da União e dos governos estaduais nordestinos, objetiva aplicar na Região cerca de US\$ 800 milhões somente na primeira etapa do programa que se estende até o final do presente século.

Em síntese, o Nordeste não pode passar ao largo dos movimentos turísticos nacionais e internacionais, podendo constituir-se num setor estratégico, apto a contribuir fortemente para o alcance dos objetivos da política governamental. Há, portanto, pressa de encontrar-se, com objetividade, os mecanismos capazes de promover modificações positivas no quadro sócio-econômico da Região, por meio do planejamento do turismo e sua efetiva implementação.

2 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA REGIÃO

2.1 A ESTRUTURA INSTITUCIONAL DE APOIO

O apoio à atividade turística no País e o reconhecimento de sua importância econômica e social foram institucionalizados com a criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), em 1966, que assumiu, assim, a responsabilidade pelo fomento e normatização do setor.

Com sua restruturação em 1991, a EMBRATUR passou a denominar-se Instituto Bra-

sileiro de Turismo, sendo-lhe definidas novas atribuições e competência, inclusive em decorrência da extinção do Conselho Nacional de Turismo (CNTur), através da Lei nº 8.181, de 28/03/91.

Regionalmente, funciona a Comissão de Turismo Integrado do Nordeste (CTI-NE), que congrega os dirigentes dos órgãos estaduais de turismo e objetiva a integração promocional, o intercâmbio de experiências, a realização de estudos integrados e a maior participação da Região na formulação da política nacional de turismo. Também a SUDENE e o BNB atuam na Região realizando pesquisas, programas, e destinando recursos para o fortalecimento da atividade turística.

Em todos os estados nordestinos e em alguns municípios, funcionam órgãos governamentais com o objetivo de orientar as suas políticas de turismo. Assim, nos planos de governo de todos os estados existe a preocupação de estabelecerem-se políticas de promoção do desenvolvimento turístico.

2.2 AÇÕES NO ÂMBITO FEDERAL

Cabe ao Instituto Brasileiro de Turismo, EMBRATUR, formular, coordenar, dirigir e executar a Política Nacional de Turismo, em conformidade com o Decreto nº 448, de 14/02/92.

Tendo como finalidade o desenvolvimento do turismo e o seu equacionamento como fonte de renda nacional, a Política Nacional de Turismo observa as seguintes diretrizes:

- a) a prática do turismo como forma de promover a valorização e a preservação do patrimônio natural e cultural do País;
- b) a valorização do homem como destinatário final do desenvolvimento turístico.

Especificamente, os objetivos da Política Nacional de Turismo são:

- a) democratizar o acesso ao turismo nacional, beneficiando inclusive as classes de menor poder aquisitivo;
- b) reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional, através

do crescimento da oferta de emprego e melhor distribuição de renda;

- c) aumentar o fluxo turístico, a permanência e o gasto médio dos turistas estrangeiros no País, mediante maior divulgação do produto brasileiro em mercados com bom potencial emissivo;
- d) difundir novos pontos turísticos, com vistas a diversificar os fluxos entre as unidades da Federação e beneficiar especialmente as regiões menos desenvolvidas;
- e) ampliar e diversificar os equipamentos e serviços turísticos, adequando-os às características sócio-econômicas, regionais e municipais;
- f) estimular o aproveitamento dos recursos naturais e culturais que integram o patrimônio turístico;
- g) estimular a criação e implantação de equipamentos destinados a atividades de expressão cultural, serviços de animação turística e outras atrações que possam prolongar a permanência dos turistas.

Como instrumento de implantação da Política Nacional de Turismo a EMBRA-TUR elaborou, em julho/92, o Plano Nacional de Turismo-PLANTUR, tendo como objetivos:

- a) ordenar as ações do sistema público, orientando as políticas de Governo, o espaço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o bem-estar social, através do desenvolvimento regional do turismo;
- b) ser o referencial para as ações do sistema privado, de modo que os agentes econômicos tenham subsídios para planejar e executar suas atividades.

2.3 AÇÕES REGIONAIS

No âmbito regional, as ações voltadas para o turismo estão contidas dentro do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste - PRODETUR-NE, que tem como objetivo reforçar a capacidade da Região Nordeste em manter e expandir sua crescente indústria turística, de forma a contribuir para seu desenvolvimento sócio-econômico. O Programa proverá de infra-estrutura básica e de serviços públicos áreas de expansão turística.

O Programa contempla investimentos em desenvolvimento institucional, obras de saneamento, transportes, administração de resíduos sólidos, proteção e recuperação ambiental, revitalização e preservação de patrimônio histórico e melhoria de aeroportos.

As ações propostas pelo PRODETUR objetivam o fortalecimento do setor na Região, consolidando-a como importante destinação turística nacional e do exterior. Especificamente, os objetivos a serem alcançados são:

- a) aumentar o turismo receptivo (turistas estrangeiros);
- b) aumentar a permanência do turista no Nordeste;
- c) induzir novos investimentos na infra-estrutura turística;
- d) gerar emprego e renda com a exploração direta ou indireta da atividade turística.

Com a participação de todos os segmentos interessados, foram delineadas três diretrizes básicas para o PRODETUR:

- a) preservação e valorização do meio ambiente, dos recursos naturais, culturais e históricos;
- b) eficiência e integração administrativa com os setores mais diretamente vinculados ao turismo, em consonância com as necessidades da infra-estrutura básica e de apoio;
- c) integração, trabalho conjunto e cooperativo com a iniciativa privada e suas associações, bancos de desenvolvimento, bancos privados e organismos internacionais.

2.4 POTENCIAL E AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DOS ESTADOS

2.4.1 Maranhão

O Maranhão é o segundo estado do Nordeste em extensão territorial, com um enorme potencial de atrativos turísticos. Dentre os recursos naturais, destacam-se as praias da Ilha de São Luís do Maranhão e dos municípios de Primeira Cruz e Barreirinhas, no litoral leste, e Guimarães, Curupuru e Cedral, no litoral oeste.

Outra opção de turismo está no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, criado em 1981 pelo Governo Federal. É o único deserto de areia do mundo pontilhado de milhares de lagoas de água doce, ao longo de grandes extensões de dunas.

Por outro lado, a influência dos portugueses, franceses, holandeses e africanos na colonização do Maranhão, deixou um rico acervo histórico e cultural. As numerosas obras arquitetônicas dos séculos XVIII e XIX, em São Luís, constituem os melhores exemplos de valores históricos do País.

Para consolidar esse potencial, o Plano de Turismo do Estado do Maranhão contemplou uma série de ações com vistas ao desenvolvimento do turismo no Estado. Segundo a Empresa Maranhense do Turismo (MARATUR), as principais ações em execução são:

- a) definição de áreas de interesse turístico no Estado, visando à melhor distribuição de investimentos por parte do Governo e de linhas de financiamento para a iniciativa privada, possibilitando a distribuição adequada dos recursos;
- b) implantação de uma lancha, em fibra de vidro e movida a hidrojetos, para o transporte de passageiros no trecho São Luís/Alcântara, visando ao aumento do fluxo de turistas e à taxa de permanência média no Estado;
- c) criação do Fundo Estadual de Desenvolvimento Industrial e Turístico - FEDIT*, para financiar a implantação e melhoria de meios de hospedagem, alimentação e

transporte nos pólos considerados de interesse turístico;

- d) criação do PRODEIM* - Programa de Desenvolvimento Industrial do Maranhão - para incentivar a instalação e melhoria de equipamentos industriais e turísticos.

Ao amparo do PRODETUR, o Estado elegerá o Pólo São Luís-Alcântara como primeira prioridade, seguido pelo Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses/Barreirinhas. O elenco de ações, que envolverão recursos da ordem de US\$ 55 milhões, contemplarão a infra-estrutura rodoviária, o aeroporto de São Luís, preservação ambiental, patrimônio histórico e desenvolvimento institucional.

2.4.2 Piauí

O potencial turístico de recursos naturais no estado do Piauí está relativamente equilibrado entre o litoral e o interior. A capital, Teresina, está localizada às margens dos rios Parnaíba e Poti. Apesar de ser a única capital nordestina não situada no litoral, conta com praias fluviais, que mudam de lugar de acordo com a correnteza dos rios.

Outro atrativo no interior é o Parque Nacional de Sete Cidades, localizado nos municípios de Piracuruca e Piripiri, cujas formações rochosas e inscrições rupestres despertam a curiosidade de cientistas e leigos. No litoral, os municípios de Parnaíba e Luís Correia deslumbram com enorme potencial turístico, praticamente inexplorado, como o delta do rio Parnaíba e suas numerosas ilhas.

Como atrativos culturais e históricos destacam-se, além de Teresina, a cidade de Oeiras, primeira capital do Estado e que conserva em seus monumentos um pouco de sua história.

Para o aproveitamento e desenvolvimento desse potencial turístico o Governo do Estado vem desenvolvendo um elenco de ações. O Relatório de Atividades - 1992 da Empresa de Turismo do Piauí (PIEMTUR)⁽¹²⁾ apresenta cinco grandes itens de ações, realizadas até 1992:

- a) projetos de constituição, reforma e ampliação de equipamentos turísticos;
- b) campanhas promocionais, produção de folheteria turística e apoio promocional;

* Programas administrados pelo Banco do Estado do Maranhão.

- c) cursos e seminários;
- d) estudos e projetos;
- e) modernização administrativa.

Para o plano de curto prazo constam as seguintes ações:

- a) ofertas de atrativos, equipamentos e serviços;
- b) demanda turística: realizações de *workshops* ou *fantours* de visita ao Piauí.

A ações do PRODETUR/PI da primeira fase concentram-se no delta do Rio Parnaíba, que abrange os municípios de Parnaíba e Luís Correia no litoral, e Pedro II, Piripiri e Piracuruca, no interior. Serão destinados cerca de US\$ 37 milhões em sistema viário/drenagem, rodovias, obras de saneamento (água e esgotamento sanitário), preservação ambiental e desenvolvimento institucional.

2.4.3 Ceará

As praias e dunas, ao longo dos 573 quilômetros da costa, constituem, ao lado das regiões serranas, os principais atrativos naturais do Ceará. Por outro lado, as suas características culturais e históricas exprimem grandeza e diversidade, a exemplo do Forte Schoonenborch que marcou o início da capital pelos holandeses. O artesanato e as manifestações folclóricas representam outra importante atração turística do Estado, com destaque para as famosas rendas e bordados do Ceará, além da culinária típica.

Com esse potencial, o Ceará desponta como um dos principais pontos de atração turística do Nordeste. Para consolidar a posição, o Estado vem desenvolvendo inúmeras ações de estímulo à expansão das atividades turísticas. Somente os investimentos existentes já demandaram recursos da ordem de US\$ 13,6 milhões, cabendo destacar a restauração do Teatro José de Alencar e o Parque do Cocó, afora as obras no interior, tais como o Centro de Apoio aos Romeiros, em Canindé, o Memorial Padre Cícero e o Ginásio Esportivo na cidade de Juazeiro do Norte.

Na esfera privada, destaca-se o *Beach Park*, um pólo aquático que é o principal cartão de

visita do turismo artificial *mademan tourism* bem sucedido da Região.

Ressalte-se ainda as realizações em 1992, compreendendo agressivas campanhas de promoção turística no País e no exterior, oferta de equipamentos turísticos e capacitação de recursos humanos para a atividade.

Além da continuidade das ações desenvolvidas no ano de 1992, estão programados para os próximos anos os seguintes investimentos:

- a) desenvolvimento de estudos e pesquisas;
- b) desenvolvimento do produto turístico cearense;
- c) importação de equipamentos turísticos;
- d) implantação da Bolsa de Negócios;
- e) automação das informações turísticas.

O PRODETUR no estado do Ceará destina-se a projetos de infra-estrutura básica de saneamento e rodovias de acesso à costa poente do Estado, que compreende a área litorânea entre o município de Caucaia e as localidades de Baleia/Pedrinha, a construção de novo terminal de passageiros do aeroporto de Fortaleza, a preservação ambiental e o desenvolvimento institucional. Estima-se que esses projetos demandarão em torno de US\$ 127 milhões de dólares ao longo dos quatro anos de implantação.

2.4.4 Rio Grande do Norte

O estado do Rio Grande do Norte possui 410 km de costa atlântica e sua capital, Natal, situa-se na costa, junto à desembocadura do Rio Potengi, o que proporciona um elevado potencial turístico, ao lado das praias e das famosas dunas.

Como atrativos culturais e históricos, sobrepõem-se o Forte dos Reis Magos, de 1548, a Igreja Nossa Senhora do Rosário e o Convento de Santo Antônio. A cultura popular pode ser conhecida através dos autos e danças folclóricas e na diversidade do artesanato.

O fluxo crescente de turismo no Estado coloca Natal como outro importante portão de desembarque turístico do Nordeste.

O PRODETUR/RN contempla uma gama de projetos que abrange sistema viário/drenagem, rodovias, abastecimento d'água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, preservação ambiental, aeroporto e desenvolvimento institucional. Serão cerca de US\$ 45 milhões investidos, dos quais cerca de 35% ficarão por conta do aeroporto, seguido do sistema viário, com 24%, e esgotamento, com 13%.

2.4.5 Paraíba

O litoral paraibano, com 135 km de extensão, dispõe de um grande potencial turístico em suas praias. Em João Pessoa, a capital do Estado, destacam-se as de Tambáú, Manaíra, Bessa e Cabo Branco. São atrações, também, as praias dos municípios de Cabedelo, Conde e Lucena.

No interior, ressaltam-se como opções turísticas a Pedra do Ingá, com inscrições rupestres, no município de Ingá, o Vale dos Dinossauros, em Sousa, e a estância hidromineral de Brejo das Freiras, em São João do Rio do Peixe. Outro atrativo destacável é o forró de Campina Grande, durante as festas juninas.

Como a terceira capital mais antiga, Filipeia de Nossa Senhora das Neves (depois Frederica) e, a partir de 1938, João Pessoa, detém um rico acervo arquitetônico e cultural, cuja maior expressão está no Centro Histórico, na área velha da cidade.

Nas manifestações de folguedos populares, predominam o xaxado, caboclinhos, coco, ciranda e violeiros. No artesanato, destacam-se os artefatos de madeira, couro, cerâmica e figuras de estopa.

A Empresa Paraibana de Turismo (PBTUR) relacionou, em fevereiro/93, uma série de ações desenvolvidas para incentivar o turismo no Estado.

As intervenções do Governo Estadual, denominadas de programas, contemplam todos os municípios turísticos, visando a, sobretudo, dotar ou ampliar a infra-estrutura em cada um dos seguintes pontos:

- a) pólo turístico de Cabo Branco, em João Pessoa;
- b) terminais turísticos, em seis municípios: Pitimbu, Cabedelo, Lucena, Rio Tinto, Baía da Traição e Ingá;
- c) Centro de Apoio e Atendimento ao Turista (CAAT), nas maiores cidades-pólos;
- d) marinas continentais, em Boqueirão e Coremas;
- e) marinas oceânicas, em João Pessoa e Cabedelo;
- f) Casa do Turismo/Largo São Pedro Gonçalves, em João Pessoa;
- g) turismo religioso, em Cruz da Menina, Patos;
- h) turismo cultural no Vale dos Dinossauros, na Pedra do Ingá e no sítio histórico de Areia, que abrange os municípios de Sousa, Ingá e Areia;
- i) sinalização turística em João Pessoa e Cabedelo;
- j) investimentos na Bolsa de Negócios, em João Pessoa.

Ao amparo do PRODETUR, o estado da Paraíba propõe um elenco de ações que demandarão recursos da ordem de US\$ 37 milhões. Deste montante, cerca de US\$ 22 milhões destinar-se-ão a esgotamento sanitário no município de João Pessoa e no complexo turístico de Cabo Branco. O restante dos recursos serão investidos na recuperação e preservação do patrimônio histórico de João Pessoa, abastecimento de água potável, preservação ambiental, sistema viário/drenagem, limpeza urbana e desenvolvimento institucional.

2.4.6 Pernambuco

Em termos de recursos naturais, Pernambuco dispõe de diversas opções para o turismo, desde o sertão (com sua paisagem característica) às serras de clima ameno e ao litoral (com suas águas mornas e mansas).

Recife, a capital do Estado, é banhada pelos rios Capibaribe e Beberibe. Boa Viagem, Piedade e Pinos são as praias mais atraentes da capital.

Garanhuns, município situado num dos pontos mais elevados do Planalto da Borborema, constitui a principal atração turística do agreste pernambucano. Outra opção turística é a cidade de Caruaru, com sua famosa feira.

A incorporação do arquipélago de Fernando de Noronha ao Estado, com a Constituição de 1988, enriqueceu ainda mais o acervo pernambucano de belezas naturais.

A Vila de Olinda, fundada em 1537, foi o berço da cultura brasileira no século XVI, onde surgiram pioneiramente a literatura, o teatro, a pintura, a escultura e os cursos jurídicos do País. Dado o grande acervo arquitetônico do período colonial, Olinda foi considerada pela UNESCO patrimônio histórico e cultural da humanidade.

Além de Olinda e Recife, destacam-se como locais históricos de Pernambuco Igaraçu, com sua Igreja de São Cosme e Damião (construída em 1533), a Ilha de Itamaracá, onde os holandeses ergueram o Forte Orange, e Goiana, fundada em 1570.

O artesanato e o folclore pernambucanos são bastante diversificados; o frevo e o maracatu são manifestações folclóricas que fazem o carnaval de Olinda e Recife ocupar a segunda colocação da Região, depois da Bahia, em termos de participação e animação.

Ao PRODETUR, o estado de Pernambuco apresentou um conjunto de ações de apoio ao turismo que demandarão recursos da ordem de US\$ 52 milhões. A maior parte destes recursos destina-se à infra-estrutura básica para a implantação de um centro turístico integrado, denominado de Centro Turístico de Guadalupe, situado às margens do Rio Formoso, no litoral sul do Estado. A outra parte dos recursos destina-se à revitalização e preservação do Bairro do Recife, marco histórico da cidade do Recife.

2.4.7 Alagoas

As praias alagoanas constituem o maior atrativo turístico do Estado. A localização da capital, Maceió, às margens da Lagoa de Mundaú, aumenta mais ainda a curiosidade turística pelas praias de Pajuçara, Ponta Verde, Jatiúca, Cruz das Almas, Garça Torta, Pratagi e Mal.

Deodoro, com sua famosa Praia do Francês. Outras praias de interesse turístico estão nos municípios de Barra de São Miguel, Barra de Santo Antônio, Coruripe e Maragogi.

Em termos de atrativos culturais e históricos de Maceió, destacam-se a Catedral de Maceió, o Monumento do Imperador D. Pedro II, dentre outros. Marechal Deodoro, a primeira capital do Estado, é outra cidade importante historicamente; tombada pelo Patrimônio Histórico, guarda relíquias da época colonial.

O Estado incorporou ao PRODETUR ações destinadas à infra-estrutura, de saneamento, sistema viário, limpeza urbana e desenvolvimento institucional, que demandarão recursos da ordem de US\$ 55 milhões. A área de atuação da primeira fase do Programa se restringe ao município de Maceió.

2.4.8 Sergipe

O estado de Sergipe possui cerca de 163 km de costa litorânea, limitando-se ao norte com o estado de Alagoas, através do Rio São Francisco, e ao sul e oeste com o estado da Bahia. Além das praias, são atrativos naturais do Estado os estuários dos rios Sergipe, Real, Vaza Barris, e Piauí, todos eles circundados por abundantes manguezais. Na capital, Aracaju, as praias mais famosas são: Atalaia Velha, Atalaia Nova, José Sarney e Náufragos.

O interior do Estado oferece opções turísticas como a Bica dos Pintos, em São Cristóvão, a serra de Itabaiana, a Usina Hidroelétrica de Xingó e as fontes hidrominerais de Salgado.

São Cristóvão e Laranjeiras são as principais cidades históricas do Estado. São Cristóvão, a quarta cidade mais antiga do país (fundada em 1590), foi a primeira capital do Estado. Aracaju, fundada em 1855, oferece também alguns atrativos históricos, como a Ponte do Imperador D. Pedro II, a Colina de Santo Antônio e a Catedral Metropolitana.

O plano de ação contemplado na estratégia turística do PRODETUR no Estado requer investimento da ordem de US\$ 61 milhões; os setores mais beneficiados são os de esgotamento sanitário e abastecimento d'água nos municípios de Aracaju e Barra dos Coqueiros, rodovias ao sul do Estado, ampliação do aero-

porto de Aracaju e desenvolvimento institucional.

2.4.9 Bahia

A Bahia possui a maior extensão territorial da Região e o mais extenso litoral do País. São inúmeros os atrativos naturais do Estado, ao longo dos 1.200 km de costa, como as famosas praias de Ilhéus, Porto Seguro, Prado, Valença, Santa Cruz de Cabrália e Salvador, destacando-se ainda a ilha de Itaparica e a Lagoa de Abaeté.

No sertão baiano, as atrações maiores são a região da Chapada Diamantina, uma das mais ricas reservas ecológicas do Estado, a Cachoeira de Paulo Afonso, no mesmo município, e as estâncias hidrominerais das cidades de Tucano e Cipó.

A grandeza e a diversidade do patrimônio histórico e cultural da Bahia permitem tão-somente que se mencionem alguns nomes, como o Monte Pascoal, em Porto Seguro, as 365 igrejas de Salvador, os fortões de São Marcelo, São Pedro e do Monte Serrat, o elevador Lacerda e o Mercado Modelo. Culturalmente, predominam as manifestações populares de influência africana, como o candomblé e a capoeira. Já o artesanato está representado pelas talhas, artigos de couro, pilões, rendas de bilro, entre outros.

Em estudo sobre as perspectivas dos anos 90 para a economia baiana, o setor de turismo foi considerado um dos quatro grandes processos de investimento, numa ação prioritária de coordenação e fomento, por parte do Governo do Estado. Essa prioridade estadual ao turismo decorre de sua expressiva capacidade geradora de empregos e de consumo final.

A Bahia, que já detém o maior potencial histórico, cultural, sócio-econômico e ecológico-climático do Nordeste, espera atingir até o ano 2000 um parque hoteleiro de 200 mil leitos, com capacidade para atender à crescente demanda. Em consequência, os investimentos em infra-estrutura de transportes, cultura e lazer terão que crescer no mesmo ritmo.

Para a realização de todo esse imenso potencial turístico, o Governo do Estado delineou uma série de instrumentos e diretrizes estruturados em quatro áreas básicas:

Área de Marketing:

- a) reativar a política de *marketing* no mercado nacional e internacional;
- b) facilitar o acesso dos turistas estrangeiros, através da abertura dos aeroportos ao mercado internacional;
- c) desenvolver ações para captação de eventos profissionais no Estado - congressos, convenções, feiras e exposições;
- d) desenvolver novos segmentos de mercado - comunidade negra americana, classe média japonesa e turismo social europeu;
- e) desenvolver o turismo ecológico no Estado - Vale do São Francisco, Chapada Diamantina, Mata Atlântica, Raso da Catarina e Arquipélago dos Abrolhos.

Área de Infra-Estrutura, Mão-de-Obra, Cultura e Lazer:

- a) viabilizar o projeto de hotel-escola e apoiar a criação e modernização de cursos técnicos de graduação e pós-graduação em turismo;
- b) desenvolver uma política de alto padrão de serviços públicos - limpeza, segurança e transportes, por exemplo;
- c) desenvolver e implementar uma rica programação de festivais nacionais e internacionais, de artes plásticas, música, teatro, dança, cinema, vídeo etc.;
- d) desenvolver e implementar um plano de turismo e lazer náutico em todo o litoral - marinas e novas linhas de cruzeiro doméstico;
- e) viabilizar a implantação de um parque de diversões de padrão internacional.

Área de Fomento Financeiro-Fiscal:

- a) atuar na captação de investimentos privados nacionais junto ao mercado internacional, de forma direta ou através da conversão da dívida externa brasileira;
- b) estudar e implementar, no sistema financeiro estadual, um conjunto de mecanismos de fomento financeiro-fiscal para projetos de novos teatros, cinemas e casas de espetáculos, bem como marinas e outros equipamentos de lazer náutico.

Áreas Regionais:

- a) modernizar e consolidar Salvador como portão de entrada de primeira linha para o turismo nacional e internacional;
- b) planejar e fomentar a expansão das novas fronteiras turísticas do Estado - Entorno Metropolitano, Litoral Sul e Chapada Diamantina;
- c) desenvolver o produto "Bahia" de forma integrada e especializada - Salvador com as novas fronteiras.

No âmbito do PRODETUR, a Bahia contempla ações que beneficiam os municípios que compõem a Costa do Descobrimento, cujo polo receptor é o município de Porto Seguro. Serão investidos por conta do PRODETUR cerca de US\$ 55 milhões em obras de rodovias, saneamento, aeroporto de Porto Seguro, patrimônio histórico e preservação ambiental, além do desenvolvimento institucional.

2.4.10 Norte do Estado de Minas Gerais

As ações voltadas para a consolidação da atividade turística em Minas Gerais estão contidas no Plano Integrado para o Desenvolvimento do Turismo (PLANITUR/MG). Este plano estabelece as diretrizes e objetivos da administração pública estadual, em consonância com o que determina o artigo 243, inciso I da Constituição Estadual, de 1989.

O pressuposto do plano é a articulação conjunta com os diversos órgãos e entidades da administração pública estadual, que desenvolvem ações afetas à área de turismo em estreita parceria com as prefeituras municipais e com a iniciativa privada.

Com vistas a ampliar o influxo, prolongar o tempo de permanência e aumentar o gasto médio dos turistas, foi definido no plano um conjunto de ações voltadas para:

- a) a obtenção de informações sobre o patrimônio histórico e natural, sobre os eventos culturais e negócios do Estado e sobre a demanda turística;
- b) a recuperação e preservação do patrimônio turístico mineiro;
- c) o estímulo às áreas de recursos humanos, infra-estrutura e serviços, e incentivo à

implantação de novos pólos turísticos e ao turismo social;

- d) a divulgação do produto turístico mineiro.

Para implantação das ações, o plano propôs a fusão de três empresas ligadas ao turismo, em uma única, a Empresa de Turismo de Minas Gerais (MINASTUR). Essa implementação obedecerá a uma escala de prioridade, definida em três níveis e será feita de forma regionalizada.

Classificado como prioridade de nível IV, o Norte de Minas Gerais foi definido como região de elevado potencial, mas que ainda não conta com uma tradição de exploração turística, ou que apresenta condições de infraestrutura e serviços apenas incipientes. Os principais atrativos turísticos naturais são o Rio São Francisco, na parte de navegação, o Vale do Periaçu e as Termas de Montezuma. As principais cidades que já oferecem uma estrutura hoteleira mínima na região são: Montes Claros, com o turismo de negócios, Pirapora e Janaúba.

Assim, as ações de cunho turístico para a denominada área mineira do Nordeste estão voltadas para o aproveitamento das potencialidades turísticas da região, através da consolidação de um polo turístico calcado no turismo fluvial, a partir do Rio São Francisco e do reconhecido acervo cultural, histórico, folclórico e artístico, centrado na cidade-pólo de Montes Claros.

O estado de Minas Gerais ainda não negocou uma estratégia turística no âmbito do PRODETUR, visando ao desenvolvimento turístico dos municípios que compõem a área de atuação da SUDENE.

3 OFERTA DE EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS NA REGIÃO

As características geográficas, culturais e históricas de um país ou região são, conceitualmente, os três principais produtos capazes de atrair interesses turísticos. Não obstante, a exploração turística desses fatores só ocorre quando são oferecidas algumas condições mínimas de infraestrutura e de equipamentos.

Entende-se por equipamentos turísticos os meios de hospedagem, restaurantes, agências de viagens, transportadoras turísticas, locadoras de veículos, parques de lazer, enfim, todos aqueles equipamentos necessários para a recepção, translado e acomodação dos turistas. Evidentemente, a instalação desse equipamento só se consolida quando precedida de uma oferta mínima de infra-estrutura, em geral pública, compreendendo vias de acesso, energia, comunicações e saneamento.

Assim, em que pese o potencial turístico de uma região, constata-se que são as condições inadequadas de oferta desses equipamentos e da infra-estrutura os principais obstáculos ao desenvolvimento do turismo.

O Nordeste brasileiro traduz bem a situação acima; com um enorme potencial turístico, a Região ainda não dispõe de uma oferta adequada de equipamentos turísticos e de infra-estrutura capazes de efetivar referido potencial.

3.1 HOTÉIS, HOTÉIS DE LAZER, HOTÉIS RESIDÊNCIAS, POUSADAS E HOSPEDARIAS DE TURISMO

A Região Nordeste contava, em 1994, com cerca de 413 meios de hospedagem (MH) - TABELA 1 - classificados pela EMBRATUR, compreen-

TABELA 1

Número de hotéis, hotéis de lazer, hotéis residências, pousadas e hospedarias de turismo

Estados	1980		1990		1994		Variação 1994/1990
	Nº	% Região	Nº	% Região	Nº	% Região	
Maranhão	13	5,8	16	4,0	15	3,6	15,4
Piauí	11	4,9	17	4,2	17	4,1	54,5
Ceará	21	9,3	37	9,2	38	9,2	81,0
R. G. do Norte	18	8,0	33	8,2	35	8,5	94,4
Paraíba	12	5,3	13	3,2	13	3,1	8,3
Pernambuco	50	22,2	122	30,3	115	27,8	130,0
Alagoas	15	6,7	33	8,2	44	10,7	193,3
Sergipe	10	4,4	19	4,7	20	4,8	100,0
Bahia	75	33,3	113	28,0	116	28,1	54,7
Nordeste	25	14,0	403	17,4	413	17,5	83,6
Brasil	1.611	100,0	2.314	100,0	2.366	100,0	46,9

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EMBRATUR⁽¹⁾.

dendo uma oferta de 24.498 unidades habitacionais (UHs)* (TABELA 2).

Como mostra a TABELA 1, o número de MHs em 1994 era 83,61% maior do que o de 1980, en-

TABELA 2
Número de unidades habitacionais classificadas pela
EMBRATUR nos estados do Nordeste

Estados	1980		1990		1994		Variação 1994-1990
	Nº	% Região	Nº	% Região	Nº	% Região	
Maranhão	855	5,9	1.099	4,8	1.083	4,4	26,7
Piauí	426	3,0	798	3,5	798	3,3	87,3
Ceará	1.884	13,1	3.168	13,7	3.151	12,9	67,3
R.G. do Norte	942	6,5	1.698	7,3	1.901	7,8	101,8
Paraíba	658	4,6	886	3,8	886	3,6	34,7
Pernambuco	3.092	21,4	5.712	24,7	5.687	23,2	83,9
Alagoas	912	6,3	1.827	7,9	2.398	9,8	162,9
Sergipe	549	3,8	1.143	4,9	1.256	5,1	128,8
Bahia	5.111	35,4	6.795	29,4	7.338	30,0	43,6
Nordeste	14.429	14,5	23.126	16,9	24.498	17,4	69,8
Brasil	99.854	100,0	137.079	100,0	140.563	100,0	40,8

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EMBRATUR

* Considera-se UH o espaço privativo dos hóspedes: apartamento, quarto, suíte, chalé, etc.

quanto se observa, para as UH (TABELA 2), uma variação um pouco menor, 69,83%. Esse desempenho do número de MHs fez com que o crescimento do setor hoteleiro do Nordeste fosse 78,3% maior do que o verificado no País, que alcançou, nesse período, um crescimento de 46,9%. Em decorrência, a Região elevou sua participação na oferta hoteleira nacional de 14 para 17,5%, no período considerado.

Espacialmente, os estados da Bahia, de Pernambuco e do Ceará concentravam, em 1994, cerca de 65,1% dos investimentos em turismo; contudo, quando comparado com 1980, verifica-se que o percentual deste ano era maior, cerca de 70%, revelando-se, com isso, que o turismo foi um dos poucos setores da economia, ou talvez o único, que não seguiu a tendência de centralização dos investimentos nas três grandes regiões metropolitanas do Nordeste: Salvador, Recife e Fortaleza.

No período de 1990 a 1994, observa-se, através da TABELA 2, que as maiores expansões da capacidade hoteleira ocorreram nos estados de Alagoas e Sergipe, quando mais que duplicaram as ofertas de UHs. A Bahia, que representa o principal portão de entrada turística e, economicamente, o estado mais importante da Região, viu nesse período sua oferta evoluir em apenas 43,6%, à frente apenas dos estados da Paraíba, com 34,7%, e do Maranhão, com 26,7%.

Esse desempenho revela que, dado o crescimento acelerado da demanda turística verificado na Região, nos últimos anos, os estados que apresentaram menores taxas de expansão certamente precisarão ampliar mais rapidamente os seus parques hoteleiros, sobretudo a Bahia, para acompanhar o crescimento mencionado.

3.2 MPRESAS EXPLORADORAS DOS MEIOS DE HOSPEDAGENS DE TURISMO

Conforme se vê na TABELA 3, o Nordeste dispunha, em 1994, de 325 empresas exploradoras de meios de hospedagem registradas na EMBRATUR. Em relação ao ano de 1990, esse número foi superior em apenas 1,9%, desempenho que, apesar de inferior ao ocorrido no período de 1980 a 1990, mostra que apenas dois estados continuaram com queda no número dessas empresas: Pernambuco, que sofreu uma queda de menos 3,9%, e Ceará, com menos 11,4%. Por

outro lado, os estados de Sergipe e Alagoas dispararam no número de empresas desse ramo, com crescimento respectivo de 36,4 e 23,5%, em igual período.

3.3 TRANSPORTADORAS TURÍSTICAS

TABELA 3
NORDESTE
Empresas exploradoras dos meios de hospedagem
de turismo registradas na EMBRATUR

Estados	Posição em 31 de dezembro					
	1980	1990	1994	Variação 90/80	Variação 94/80	Variação 94/90
Maranhão	16	22	23	37,5	43,8	4,5
Piauí	15	14	15	-6,7	0,0	7,1
Ceará	52	35	31	-32,7	-40,4	-11,4
R. G. Norte	18	22	24	22,2	33,3	9,1
Paraíba	26	11	11	-57,7	-57,7	0,0
Pernambuco	52	103	99	98,1	90,4	-3,9
Alagoas	16	17	21	6,3	31,3	23,5
Sergipe	18	11	15	-38,9	-16,7	36,4
Bahia	85	84	86	-1,2	1,2	2,4
Nordeste	298	319	325	7,0	9,1	1,9
Brasil	1.890	1.959	2.038	3,7	7,8	4,0

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EMBRATUR⁽¹⁾.

Quanto ao número de transportadoras turísticas registradas na EMBRATUR (TABELA 4), o Nordeste contava com 47 em 1980; caiu para apenas 18 em 1990. Porém, em 1994 esse número subiu para 112, crescimento que mostra o reaquecimento da atividade turística na Região, a partir da presente década. Saliente-se, contudo, que esta atividade, como os meios de transportes coletivos do País, sofreram um processo de oligopolização, verificada até o final dos anos oitenta.

3.4 AGÊNCIAS DE VIAGENS NA REGIÃO

A TABELA 5 mostra a evolução do segmento de agências de viagens no Nordeste, por estado, e também o total do País. Verifica-se que, entre 1980 e 1990, o número total de agências na Região passou de 89 para 711, uma elevação superior à do País, que no mesmo período viu esse número subir de 5.552 para 6.461. A partir de 1990, o crescimento, ainda que espetacular (63,4% entre 1990 e 1994), passou a acompanhar o do País, conforme se verifica na mesma Tabela.

3.5 PRODUÇÃO E COMISSÃO DAS AGÊNCIAS DE VIAGENS NA REGIÃO

O segmento de produção e comissão de agências de viagens no Nordeste, referente à venda de passagens aéreas, constitui mais um indicador que reafirma a velocidade de expansão do setor turismo no Nordeste. Conforme a TABELA 6, a produção de vendas de passagens na Região, entre 1980 e 1990, expandiu-se 322%, enquanto no País essa taxa variou 257%. Paraíba, com 1.379%, e Rio Grande do Norte, com 1.305%, foram os estados com maior desempenho. Por outro lado, a Região viu a variação na comissão sobre a venda de passagens evoluir 157%, contra 257% no País.

3.6 FLUXO DE EMBARQUE E DESEMBARQUE NOS AEROPORTOS DA REGIÃO

O fluxo de embarque nos aeroportos do Nordeste evoluiu no período entre 1980 e 1990 em 69,0%, (TABELA 7), enquanto o de desembarque se elevou em 73,7% (TABELA 8). Pernambuco, com 29,9%, e Bahia, com 59,1%, foram os estados com menores expansões no fluxo de embarque de passageiros em seus aeroportos, enquanto a Paraíba foi o estado com maior taxa de expansão, 336, 3%.

Por outro lado, observa-se nas mesmas tabelas que, em 1994, o fluxo de embarque na Região caiu em 11,4%, quando comparado com o do ano de 1990, verificando-se uma queda ainda maior para o fluxo de desembarque, com menos 15,8%. Certamente, o mau desempenho da economia brasileira nos primeiros anos da presente década, associado com redução de poder aquisitivo da classe média e elevação das tarifas aéreas no País, contribuíram principalmente para esse desempenho negativo do fluxo de passageiros nos aeroportos da Região.

3.7 TAXA DE OCUPAÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS DOS MEIOS DE HOSPEDAGENS

Observa-se, através da TABELA 9, que a taxa de ocupação nas unidades habitacionais no Nordeste tem-se mantido acima da registrada no País. Verifica-se, ainda, que o comportamento dessa taxa, como todo o segmento do turismo, apresenta estreita sintonia com o crescimento econômico do País.

TABELA 4
NORDESTE
Transportadoras turísticas registradas na EMBRATUR

	1980			1990			1994		
	Matriz	Filial	Total	Matriz	Filial	Total	Matriz	Filial	Total
Maranhão	1	0	1	1	0	1	4	0	4
Piauí	0	0	0	0	0	0	8	0	8
Ceará	7	1	8	7	0	7	14	1	15
R. G. Norte	6	0	6	1	0	1	7	1	8
Paraíba	4	0	4	1	0	1	13	0	13
Pernambuco	8	5	13	2	0	2	14	5	19
Alagoas	3	0	3	0	0	0	11	0	11
Sergipe	4	0	4	0	0	0	9	0	9
Bahia	8	0	8	6	0	6	24	1	25
Nordeste	41	6	47	18	0	18	104	8	112
Brasil	622	75	697	457	4	461	1.612	80	1.692

FONTE: BOLETIM DE OCUPAÇÃO HOTELEIRA, ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EMBRATUR⁽¹⁾.

TABELA 5
NORDESTE
Agências de viagens e turismo registradas na EMBRATUR

	1980			1990			1994		
	Matriz	Filial	Total	Matriz	Filial	Total	Matriz	Filial	Total
Maranhão	5	0	5	28	9	37	58	10	68
Piauí	4	1	5	17	2	19	32	7	39
Ceará	11	2	13	107	13	120	161	17	178
R. G. Norte	3	2	5	55	6	61	90	10	100
Paraíba	3	0	3	24	5	29	57	9	66
Pernambuco	15	11	26	156	28	184	254	26	280
Alagoas	7	0	7	45	4	49	82	5	87
Sergipe	0	0	0	13	0	13	38	0	38
Bahia	17	8	25	159	40	199	260	46	306
Nordeste	65	24	89	604	107	711	1.032	130	1.162
Brasil	696	296	992	5.522	939	6.461	9.297	1.139	10.436

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EMBRATUR⁽¹⁾.

TABELA 6
NORDESTE
Produção e comissão das agências de viagens na venda de passagens nos estados
do Nordeste, consolidados para o País (Vôos Internacionais)

	Unidade: US\$ 1.000					
	1980		1990		Variação 1990/80 %	
	Produção	Comissão	Produção	Comissão	Produção	Comissão
Maranhão	341,7	30,8	1.895,7	170,6	454,8	454,8
Piauí	0	0	700,6	63,1		
Ceará	1.148,8	103,4	11.974,5	1.077,7	942,3	-8,6
R. G. Norte	232,7	21,0	3.269,1	294,2	1.304,7	1.304,7
Paraíba	184,2	16,6	2.723,2	245,1	1.379,0	1.379,0
Pernambuco	7.226,2	650,4	27.738,5	2.496,5	283,9	283,9
Alagoas	513,5	46,2	3.253,5	292,8	533,6	533,6
Sergipe	409,7	36,9	1.539,9	138,6	275,9	275,9
Bahia	8.377,4	754,0	24.868,3	2.238,1	196,9	196,9
Nordeste	18.434,1	2.734,4	77.963,3	7.016,7	322,9	156,6
Brasil	395.596,6	35.603,7	1.412.896,6	127.160,7	257,2	257,2

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EMBRATUR⁽¹⁾.

**TABELA 7
NORDESTE**

Fluxo de embarque nos aeroportos da Região
(empresas regulares)

Estados	1980	1990	1994	Variação 1990/80%	Variação 1994/90%
Maranhão	98.619	175.167	135.657	77,6	-22,06
Piauí	52.309	94.873	67.319	81,4	-29,0
Ceará	266.250	440.450	438.130	65,4	-0,5
R.G.do Norte	81.759	207.804	200.556	154,2	-3,5
Paraíba	17.668	77.082	83.250	336,3	8,0
Pernambuco	420.953	546.873	570.521	29,9	4,3
F.de Noronha	5.679	8.389	...	47,7	...
Alagoas	75.054	224.665	175.081	199,3	-22,1
Sergipe	72.596	123.187	94.399	69,7	-23,4
Bahia	557.204	886.749	702.163	59,1	-20,8
Nordeste	1.648.091	2.785.239	2.467.076	69,0	-11,4

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EMBRATUR⁽¹⁾.
... dado numérico não disponível.

Em 1986, com o *boom* econômico do Plano Cruzado, a taxa de ocupação hoteleira na Região alcançou 54,5%. Com o desaquecimento da

**TABELA 8
NORDESTE**

Fluxo de desembarque nos aeroportos da Região
(empresas regulares)

Estados	1980	1990	1994	Variação 1990-80%	Variação 1994-90%
Maranhão	96.834	174.268	135.538	80,0	-22,2
Piauí	51.914	91.815	65.102	76,9	-29,1
Ceará	269.787	469.768	446.712	74,1	-4,9
R.G.do Norte	80.161	210.422	191.174	162,5	-9,1
Paraíba	18.691	77.139	68.213	312,7	-11,6
Pernambuco	421.337	698.574	597.045	65,8	-14,5
F.de Noronha	5.876	4.639	...	78,9	...
Alagoas	74.504	220.051	148.266	212,6	-32,6
Sergipe	70.389	120.873	86.204	71,7	-28,7
Bahia	556.351	791.831	668.643	42,3	-15,6
Nordeste	1.645.844	2.858.380	2.406.897	73,7	-15,8

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EMBRATUR⁽¹⁾.
... dado numérico não disponível.

economia nos anos subsequentes, esse percentual diminuiu significativamente.

3.8 DESEMPENHO DOS INVESTIMENTOS EM TURISMO NA REGIÃO

.....

O principal instrumento analítico desta seção é a evolução dos projetos aprovados para o setor turístico no período entre 1980 e 1990, nos estados da Região Nordeste. Consta ainda construção de unidades habitacionais e geração de empregos, decorrentes dos investimentos.

O Nordeste, conforme a TABELA 2, dispunha em 1990 de 23.126 UHs. Deste número, 13.201 foram construídas entre 1980 e 1990; ou seja, a

**TABELA 9
NORDESTE**

Taxa de ocupação de unidades habitacionais dos meios de hospedagens classificados na EMBRATUR

Em %

Estados	1986	1987	1988	1990
Maranhão	60,2	52,8	50,2	46,6
Piauí	45,5	43,6	32,2	27,8
Ceará	51,8	43,5	42,7	44,0
R.G.do Norte	49,1	51,2	45,5	42,6
Paraíba	56,3	55,5	55,2	51,8
Pernambuco	51,4	45,2	36,6	43,4
Alagoas	68,9	58,0	52,2	54,9
Sergipe	66,1	59,0	45,0	41,3
Bahia	54,6	49,6	42,9	42,7
Nordeste	54,5	49,0	42,7	44,6
Brasil	46,4	45,1	40,4	...

FONTE: BOLETIM DE OCUPAÇÃO HOTELEIRA, 1990, CTI-NE.

... dado numérico não disponível.

cada ano eram acrescentadas, em média, 1.200 UHs.

Verifica-se, na TABELA 10, que até 1985 o setor de turismo na Região ignorou o fraco desempenho da economia brasileira, inclusive nos anos recessivos de 1981 e 1983, quando o Nordeste foi também atingido.

Para a expansão desse parque hoteleiro, a Região investiu, no período, cerca de US\$ 351,4 milhões, em 327 projetos que geraram 12.269 empregos diretos. Estes investimentos representaram 68,5% de todos os recursos destinados ao turismo no País e, ainda, 40,4% da expansão de UHs do Brasil naquele período.

Com relação à estrutura percentual, observa-se através da TABELA 11 que, em média, a participação dos recursos próprios é de cerca de 40%, situando-se no intervalo entre 53,6% (1985) e 24,6% (1983). Os recursos provenientes de incentivos fiscais - para a Região, o maior volume deles é do FINOR - constituíram a segunda maior fonte de recursos financeiros e representaram, no período, uma média de 25,5%.

Duas outras fontes historicamente importantes de recursos para Região têm sido o FUNGETUR e os financiamentos oficiais, com participações respectivas de 15,8 e 14,4%. Observa-se ainda, na TABELA 11, como é pequena a participação dos agentes financeiros, apenas 1,2%, entendendo-se estes como os bancos comerciais privados e oficiais.

TABELA 10
NORDESTE
Projetos aprovados ao setor turismo
1980-1990

Anos	Nº de Projetos Aprovados	Esquema Financeiro em US\$ Mil							Nº de UH*	Nº de Empregos Diretos
		Recursos Próprios	Incentivos Fiscais	Finanças-menos	FUNGE-TUR	Agentes Financeiros	Outros Recursos	Total		
1980	37	9.846,68	633,93	1.685,99	8.168,65	414,46	0,00	20.749,70	1.248	1.271
1981	35	12.224,03	2.054,80	740,92	6.967,70	455,28	818,51	23.261,25	1.092	862
1982	21	8.019,85	9.786,11	4.791,93	2.826,52	69,32	0,00	25.493,73	708	730
1983	43	5.983,57	9.953,61	1.787,90	6.050,79	584,04	0,00	24.359,90	1.034	958
1984	53	12.406,94	8.773,22	2.161,02	4.968,14	593,57	610,56	29.513,45	1.392	1.300
1985	76	41.260,33	18.611,15	13.683,82	3.103,56	390,24	1,00	77.049,10	3.196	3.172
1986	12	9.183,80	7.563,20	2.521,06	1.488,05	100,58	120,52	20.976,75	671	549
1987	6	5.622,80	3.436,75	6.145,40	3.714,12	208,15	87,32	16.214,54	266	276
1988	33	35.132,54	23.013,30	20.595,82	5.056,80	651,71	5.393,96	89.844,13	2.584	2.249
1989	7	4.299,06	5.487,44	3.605,80	0,00	1,00	0,00	13.392,30	776	653
1990	4	4.059,36	1.201,36	1.531,74	1.249,17	195,02	2.315,20	10.531,85	234	249
TOTAL	327	148.018,50	90.514,87	56.251,40	43.593,50	3.662,38	9.346,07	351.386,72	13.201	12.269

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EMBRATUR⁽¹⁾.

* UH = Unidades Habitacionais (apartamentos, suítes, quartos etc.).

TABELA 11
NORDESTE
Estrutura financeira percentual dos projetos aprovados para o setor turismo
em relação aos totais
1980 a 1990

Ano	Nº de Projetos Aprovados	Esquema Financeiro em %							Nº de UH*	Nº de Empregos Diretos
		Recursos Próprios	Incentivos Fiscais	Finanças-menos	FUNGE-TUR	Agente Financeiro	Outros Recursos	Total		
1980	11,31	47,45	3,06	8,13	39,37	2,00	0,00	100,00	9,45	10,36
1981	10,7	52,55	8,83	3,19	29,95	1,96	3,52	100,00	8,27	7,03
1982	6,42	31,46	38,39	18,80	11,09	0,27	0,00	100,00	5,36	5,95
1983	13,15	24,56	40,86	7,34	24,84	2,40	1,00	100,00	7,83	7,81
1984	16,21	42,04	29,73	7,32	16,86	2,01	2,07	100,00	10,54	10,60
1985	23,24	53,55	24,15	17,76	4,03	0,51	0,00	100,00	24,21	25,85
1986	3,67	43,78	36,06	12,02	7,09	0,48	0,57	100,00	5,08	4,47
1987	1,83	34,68	21,2	19,40	22,91	1,28	0,54	100,00	2,01	2,25
1988	10,09	39,10	25,61	22,92	5,63	0,73	6,00	100,00	19,57	18,33
1989	2,14	32,10	40,97	26,92	0,00	0,00	1,0	100,00	5,88	5,32
1990	1,22	38,35	11,41	25,95	11,86	1,85	21,98	100,00	1,77	2,03
TOTAL	100	42,12	25,76	16,00	12,41	1,04	2,66	100,00	9,09	9,09

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EMBRATUR⁽¹⁾.

* UH = Unidades Habitacionais (apartamentos, suítes, quartos etc.).

Outros indicadores interessantes do desempenho dos investimentos turísticos no Nordeste estão mostrados na TABELA 12. O primeiro é o custo histórico médio dos projetos na Região, em torno de US\$ 1,05 milhão, com máximo de US\$ 2,7 milhões e mínimo de US\$ 566,5 mil. Já os custos históricos médios das UHs estão em torno dos US\$ 26 mil. Em contraposição aos custos dos projetos, não se verifica qualquer tendência de crescimento dos custos unitários das UHs, ao longo do período.

Outro dado importante inferido da TABELA 12 é o baixo custo de geração de emprego. Tomando-se a relação investimento/emprego, esta ficou em média de US\$ 27,9 mil, valor que está abaixo do convencional. Conforme a SUDENE, esses cus-

tos para o Nordeste, em 1985, eram de US\$ 39,7 mil, contra US\$ 142,1 mil do setor serviços e US\$ 35,5 mil da indústria de transformação.

Voltando-se aos projetos e tomado-se a distribuição por estado (TABELAS 13 e 14), observa-se que o Ceará foi o que mais investiu em equipamentos, totalizando no período de 1980-1990 investimentos da ordem de US\$ 99,1 milhões, o que representou 28,2% do total regional. O segundo no ranking foi Pernambuco, com 22,1% dos investimentos. A Bahia ficou com a terceira posição, o que de certa forma surpreende,

TABELA 12
NORDESTE
Custos médios dos projetos aprovados para o
setor turismo de 1980 a 1990
Em US\$ Mil

Ano	Custo Médio do Projeto	Custo Médio da UH*	Custo Médio do Emprego
1980	560,80	16,63	16,3
1981	664,61	21,30	26,9
1982	1.213,99	36,01	34,9
1983	566,51	23,56	25,4
1984	556,86	21,20	22,7
1985	388,33	9,23	9,3
1986	2.459,	108,51	142,5
1987	4.918,91	110,95	106,9
1988	894,35	11,42	13,1
1989	1.913,19	17,26	20,5
1990	2.632,96	45,01	42,3
MÉDIA TOTAL	1.524,54	20,73	22,25

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EMBRATUR⁽¹⁾.

* UH = Unidades Habitacionais (apartamentos, suítes, quartos etc.).

dada a sua posição econômica e o seu potencial turístico. Por outro lado, o Piauí foi o estado com menor desempenho, investindo apenas 2,2% em relação à Região.

4 PROJETOS DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS NOS ÓRGÃOS OFICIAIS FINANCIAMENTOS

Para obtenção de dados estatísticos e outras informações referentes ao setor turístico, necessários ao desenvolvimento desta pesquisa, foram contatados os órgãos estaduais de turismo da Região Nordeste e os agentes de fomento e financiamento que atuam na Região: SUDENE, EMBRATUR, BNDES, inclusive a Superintendência de Desenvolvimento do Norte do Estado de Minas Gerais - SUDENOR.

Dentre os questionamentos às empresas de turismo e às outras instituições envolvidas, um referia-se a projetos turísticos existentes, em carteira, por parte da iniciativa privada.

A intenção maior era poder quantificar o tamanho da demanda não atendida por parte

dos agentes financeiros oficiais, com vistas a avaliar o enquadramento das demandas insatisfeitas com os recursos do FNE.

Algumas instituições enviaram os projetos que dispunham nas bases solicitadas. Compilaram-se os dados por estado, especificando-se cada projeto, sempre que possível, nos seguintes itens: investimento total, recursos próprios, FINOR e financiamento, sendo o investimento total a soma dos demais itens.

Tendo em vista que alguns projetos vieram com seus valores em dólares e sem especificação das datas de conversão, optou-se pela conversão dos valores fornecidos em moeda corrente para o dólar americano, nas datas indicadas.

Dessa forma, elaboraram-se as tabelas representativas dos projetos já existentes, nos diversos órgãos consultados, por estado, consolidadas para o Nordeste e analisadas em seguida. Lembramos, ainda, que provavelmente deve existir uma demanda potencial bem maior do que esta apresentada, já que se sabe do enorme potencial turístico da Região, ainda não explorado por falta de condições estruturais e dos agentes indutores, ou mesmo por conta de seu próprio desconhecimento.

4.1 DEMANDA POR ESTADO

4.1.1 Maranhão

No estado do Maranhão, foram identificados seis projetos turísticos, todos referentes a hotéis. A metade deles localizou-se na capital, São Luís; os demais, em regiões interioranas tais como Bacabal, Monção e Presidente Dutra. A maior parte das pretensões refere-se a unidades hoteleiras tipo três estrelas.

TABELA 13
NORDESTE
Projetos aprovados para o setor turismo por estado
1980-1990

Estados	Nº de Projetos Aprovados	Esquema Financeiro em US\$ MIL							Nº de UH*	Nº de Empregos Diretos
		Recursos Próprios	Incentivos Fiscais	Finanças	FUNGETUR	Agente Financeiro	Outros Recursos	Total		
Maranhão	26	7.712,9	5.121,5	4.796,2	2.002,2	403,6	0,00	19.736,3	886	948
Piauí	23	2.108,6	2.910,2	1.091,2	1.435,8	79,3	0,00	7.625,1	428	417
Ceará	49	51.306,3	22.701,2	20.183,6	4.209,9	696,5	0,00	99.097,5	3.740	3.217
R.G do Norte	34	5.502,6	0,00	582,3	5.105,3	441,9	2.954,1	14.586,2	605	656
Paraíba	35	6.489,7	8.294,7	4.354,5	2.991,2	185,9	84,5	22.400,4	1.189	1.038
Pernambuco	68	36.612,9	18.729,5	10.475,2	10.862,3	536,0	534,2	77.750,1	2.688	2.490
Alagoas	28	6.715,4	4.589,9	2.883,3	2.306,6	402,3	1.653,4	18.550,8	1.041	915
Sergipe	32	12.602,8	9.072,7	6.039,8	1.879,2	281,8	0,00	29.873,2	1.344	1.139
Bahia	52	19.267,3	19.092,2	5845,1	12.800,9	635,3	4.120,0	61.763,9	1.280	1.449
Nordeste	347	148.018,5	90.514,9	56.251,2	43.5935	3662,4	9.346,1	351.386,6	13.201	12.269

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EMBRATUR⁽¹⁾.

* UH = Unidades Habitacionais (apartamentos, suítes, quartos, etc.).

TABELA 14
NORDESTE
Estrutura financeira percentual dos projetos aprovados para o setor turismo por estado
1980-1990

Estados	Nº de Projetos Aprovados	Esquema Financeiro em %							Nº de UH*	Nº de Empregos Diretos
		Recursos Próprios	Incentivos Fiscais	Finanças	FUNGETUR	Agente Financeiro	Outros Recursos	Total		
Maranhão	7,49	5,01	5,66	8,53	4,59	11,02	0,00	5,62	6,71	7,73
Piauí	6,63	1,42	3,22	1,94	3,29	2,16	0,00	2,17	3,24	3,40
Ceará	14,12	34,66	25,08	35,88	9,66	19,02	0,00	28,20	28,33	26,22
R.G do Norte	9,80	3,72	0,00	1,04	11,71	12,07	31,61	4,15	4,58	5,35
Paraíba	10,09	4,38	9,16	7,74	6,86	5,07	0,90	6,37	9,01	8,46
Pernambuco	19,60	24,76	20,68	18,62	24,92	14,64	5,72	22,13	20,36	20,30
Alagoas	8,07	4,54	5,07	5,13	5,29	10,98	17,69	5,28	7,89	7,46
Sergipe	9,22	8,51	10,02	10,74	4,31	7,69	0,00	8,50	10,18	9,28
Bahia	14,99	13,02	21,10	10,39	29,36	17,35	44,08	17,58	9,70	11,81
Nordeste	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EMBRATUR⁽¹⁾.

* UH = Unidades Habitacionais (apartamentos, suítes, quartos, etc.).

O investimento total médio por hotel situa-se em torno de US\$ 1.714,00 mil, perfazendo, neste caso, um total de US\$ 10.284,02 mil, divididos da seguinte forma: 27% de recursos próprios, 39% de FINOR e 33% de financiamento.

Especificamente, os projetos localizados fora da capital somam US\$ 2.054,45 mil, representando 29,70% do total demandado no Estado.

A variação observada em termos de investimento total do projeto situa-se de 625,27 mil a US\$ 2.979,23 mil.

4.1.2 Piauí

No estado do Piauí, apenas um projeto de hotel foi levantado e se localiza na cidade de Luís Correa. O investimento total correspondente seria de US\$ 12.377,27 mil, sendo 30% de recursos próprios, 40% de FINOR e 30% de financiamentos.

4.1.3 Ceará

No Ceará, as intenções de recursos para a área turística privada, em número de 16, referem-se a hotéis e *resorts*.

Apenas quatro projetos deverão beneficiar a área metropolitana de Fortaleza. Os demais serão implantados em municípios interioranos, a seguir discriminados: dois em Cascavel, um em Quixadá, um em Beberibe, um em Aracati, um em São Gonçalo do Amarante, dois em Paracipaba, um em Itapipoca, dois em Paracuru e dois em Trairi.

O investimento total necessário para absorver todas as intenções apresentadas será de US\$ 240,404.66 mil, ficando a estimativa por unidade em torno de US\$ 15,025.29 mil. Do total de projetos, somente um discriminou o investimento total em recursos próprios, FINOR e financiamento, dentro dos limites de 25, 50 e 25%, respectivamente, para cada item.

Deslocando-se o mesmo nível de estrutura percentual para os demais projetos, que somam US\$ 238,900.00 mil, tem-se a seguinte combinação: US\$ 59,725.00 mil de recursos próprios e financiamentos, e US\$ 119,450.00 mil do FINOR. Como este último item também pode ser considerado financiamento, tem-se que, em 75% dos projetos, seriam alocados recursos de terceiros, já que não existe garantia de que os recursos do FINOR sejam destinados para esses projetos.

Observa-se uma variação nos valores totais dos projetos, que vão de US\$ 1,500.00 mil a US\$ 87,000.00 mil, o que transmite a idéia de múltiplas variações de tamanho e qualidade de hotéis. Existe, ainda, um projeto de US\$ 500,796.20, alusivo à ampliação de um conjunto hoteleiro já instalado.

4.1.4 Rio Grande do Norte

Os projetos turísticos dos quais se tomou conhecimento no estado do Rio Grande do Norte foram em número de seis, todos localizados na capital. O montante de recursos estimados para a realização do investimento total é de US\$ 29,652.37 mil, distribuídos da seguinte maneira: 34% de recursos próprios, 38% de FINOR e 29% de financiamento. Considerando-se os dois últimos itens como semelhantes,

têm-se 67% de recursos de terceiros para os investimentos pretendidos.

O valor médio para cada projeto seria de US\$ 4,924.86 mil, sendo o de menor valor igual a US\$ 1,143.70 mil e o de maior equivalente a US\$ 11,090.83 mil, observando-se, dessa forma, uma variação muito grande dos tipos de hotéis a serem implementados.

Um dos projetos apresentados refere-se à ampliação de um hotel já instalado, no valor de US\$ 1,143.70 mil. Retirando-se este empreendimento do rol da demanda a ser atendida, o menor valor de projeto passaria a ser de US\$ 1,934.82 mil.

4.1.5 Paraíba

Do estado da Paraíba tomou-se conhecimento de nove projetos turísticos, todos referentes a hotéis. À exceção de um empreendimento localizado em Baía da Traição, os demais situam-se na capital, João Pessoa. O investimento total do conjunto de projetos soma US\$ 25,409.56 mil, o que nos permite calcular um valor médio de US\$ 2,823.28 mil para cada um.

O menor valor encontrado, em termos de investimento total, foi de US\$ 1,538.86 mil e o maior situa-se em torno de US\$ 6,283.85 mil, o que dá uma idéia clara de diferenças significativas no tamanho e qualidade dos empreendimentos.

Os itens recursos próprios, FINOR e financiamento, no total, tiveram a seguinte distribuição: 19, 50, e 31% respectivamente, o que nos permite inferir que 81% do montante pretendido é de recursos de terceiros.

O item recursos próprios experimentou uma menor participação percentual, relativamente à média dos demais estados já analisados, devido à estimativa de dois projetos com pretensões de realização unicamente com recursos alheios, no valor de US\$ 1,967.46 mil e US\$ 5,591.97 mil de investimento total, cada.

4.1.6 Pernambuco

Os projetos turísticos do estado de Pernambuco referem-se a hotéis e perfazem um total de 23, sendo que apenas seis situam-se em municípios fora da região metropolitana do Recife, ou seja, dois em Caruaru, um em Rio Formoso, dois em Petrolina e um em Gravatá.

Os demais projetos estão localizados nos seguintes municípios: um em Itamaracá, dois em Igaraçu, dois em Olinda, três em Jaboatão, um em Camaragibe, cinco em Recife, dois em Paulista e um em Cabo.

O valor do investimento total para atender a todos os projetos no Estado atinge US\$ 97.550,93 mil, distribuídos percentualmente em 32% de recursos próprios, 35% de FINOR e 33% de financiamentos.

Os projetos do interior somam juntos US\$ 18.156,00 mil, o que fornece uma média de US\$ 2.026,01 mil por empreendimento. Observa-se, entretanto, uma variação de 1.492,00 mil a US\$ 4.294,20 mil, entre o menor e o maior.

Apenas um projeto, no valor total de US\$ 2.541,68 mil, não prevê uso de recursos próprios.

4.1.7 Alagoas

Em Alagoas, foram catalogados seis projetos turísticos, sendo que somente um se localiza fora da capital, no município de Maragogi, o qual demandará investimentos da ordem de US\$ 2.403,17 mil, distribuídos entre recursos próprios e de terceiros na proporção de 25 e 75%, respectivamente.

Todos os empreendimentos alagoanos somam US\$ 29.228,37 mil e prevêem aplicação de 32% com recursos próprios, 50% com FINOR e 17% com financiamentos. O valor médio para cada projeto situa-se em US\$ 4.871,39 mil, sendo o de menor valor US\$ 1.731,79 mil e o de maior US\$ 9.770,30 mil, o que nos permite inferir uma margem grande de variação entre o tamanho e a qualidade dos projetos.

4.1.8 Sergipe

Sergipe apresentou somente um projeto de hotel turístico na cidade de Barra dos Coqueiros, no valor de US\$ 254,63 mil, distribuídos em 40% de recursos próprios e 60% de FINOR.

4.1.9 Bahia

Dos treze projetos turísticos a serem implementados na Bahia, seis estão localizados na região metropolitana: três em Salvador, dois em Camaçari e um em Lauro de Freitas. Os demais situam-se nos seguintes municípios: Porto Seguro, Valença, Jequié, Barreiras, Santo Amaro da Purificação, Salinas da Margarida e Ilhéus.

O investimento referente às áreas fora da região metropolitana soma US\$ 25.753,28 mil, representando 33% do valor total dos projetos e evidenciando uma média de US\$ 2.679,04 mil para cada equipamento turístico.

Em termos totais, os empreendimentos alcançam a cifra de US\$ 78.045,98 mil. Os recursos próprios são estimados em US\$ 19.021,72 mil, os do FINOR em US\$ 12.890,63 mil e os financiamentos em US\$ 5.652,53 mil, sendo que cinco dos projetos informados só fornecem os valores de investimento total, sem discriminar que tipo de recurso deverá ser utilizado.

A média 00 valor dos empreendimentos é calculada em US\$ 6.003,54 mil, sendo o custo do menor projeto de US\$ 688,82 mil e do maior de US\$ 15.000,00 mil. Percebe-se, portanto, a diversidade existente entre os tipos de hotéis a serem instalados.

4.1.10 Norte de Minas Gerais

Os municípios do Norte de Minas Gerais que estão incluídos na área de atuação da SUDENE apresentaram seis projetos de hotelaria, sendo três localizados em Montes Claros, dois em Januária e um em Pirapóra.

O investimento total estimado para concretizar os empreendimentos é de US\$ 10,941.56 mil, sendo 21% de recursos próprios e 79% de recursos alheios, estes últimos divididos em 57% do FINOR e 22% de outros financiamentos.

A média calculada para cada empreendimento situa-se em US\$ 1,823.59 mil, observando-se que o menor valor foi de US\$ 337.06 mil e o maior de US\$ 2,200.43 mil, o que denota, mais uma vez, uma variação muito grande em termos de tamanho e qualidade dos projetos.

4.2 DEMANDA CONSOLIDADA PARA O NORDESTE

Os projetos de empreendimentos turísticos na região nordestina, incluindo o Norte de Minas Gerais, anteriormente sumariados por estados, acumulam o montante de US\$ 535,149.35 mil, em termos de investimento total (TABELA 15).

O estado do Ceará é o maior participante no total de investimento, com 44,9% dos recursos demandados. Pernambuco e Bahia são os estados classificados em segundo e terceiro lugares, com projetos que somam 18,2 e 14,6%, respectivamente, do total nordestino. Os projetos de Alagoas e Rio Grande do Norte somaram juntos 11,0%, sendo metade para cada estado. Os demais estados demandam investimentos na seguinte ordem: Paraíba 4,7%, Piauí 2,5%, Norte de Minas Gerais 2,0%, Maranhão 1,9% e Sergipe 0,05%.

Do total de 88 projetos apresentados (TABELA 15) pelos estados nordestinos, 49 referem-se às capitais e áreas metropolitanas e 39 estão situados nas cidades interioranas. Os projetos destinados às capitais e áreas metropolitanas somam US\$ 245,868.88 mil, o que

TABELA 15
NORDESTE

Números e valores totais dos projetos turísticos em carteira nos estados
Ano de 1993 - Em US\$ Mil

Estados	Capitais e Regiões Metropolitanas		Interior		Total	
	Qtde.	Valores	Qtde.	Valores	Qtde.	Valores
Maranhão	3	7,229.57	3	3,054.45	6	10,284.02
Piauí	1	13,377.27	1	13,377.27
Ceará	4	26,600.00	13	213,804.66	17	240,404.66
R.G. do Norte	6	29,652.37	6	29,652.37
Paraíba	8	23,874.11	1	1,535.45	9	25,409.56
Pernambuco	17	79,394.93	6	18,156.00	23	97,550.93
Alagoas	5	26,825.20	1	2,403.17	6	29,228.37
Sergipe	1	254.63	1	254.63
Bahia	6	52,292.70	7	25,753.28	13	78,045.98
Norte M. Gerais	6	10,941.56	6	10,941.56
Nordeste	49	245,868.88	39	289,280.47	88	535,149.35

FONTE: EMBRATUR, BNDES, SUDENOR, CODITUR

... dado numérico não disponível.

corresponde a 45,9% do valor total e representam 56% da quantidade total. Os demais, localizados nos municípios do interior dos estados, representam 54,1% do valor total demandado e apenas 44,0% do número total de projetos.

O valor médio de um empreendimento hoteleiro no Nordeste, para os casos analisados, é da ordem de US\$ 6,081.24 mil, sendo que os projetos situados no interior apresentam média acima daqueles localizados nas capitais; ou seja, US\$ 7,417.45 mil para aqueles, contra US\$ 5,017.73 mil para estes últimos.

Do valor total da demanda turística nordestina, US\$ 535,149.25 mil, os projetos que já apresentaram pretensões de subdividir os investimentos com recursos próprios e de terceiros, que alcançam a cifra de US\$ 255,768.06 mil, têm a seguinte distribuição: 33% de recursos próprios, 40% de FINOR e 27% de financiamento; ou seja, US\$ 171,364.60 mil deverão ser realizados com recursos alheios. As demais intenções não informaram que fontes de recursos deverão utilizar.

ABSTRACT:

This work shows the importance of the tourism sector to the development and growth of the economy from the Northeastern Region of Brazil. Besides, it is concerned about federal and state government's action, in order to structure programmes related to the sector. It also presents the supply of "tourism equipments" such as hotels, travel agencies and other available ones compiled by entrepreneurs and government authorities. This demonstrates the interest in supporting substructure for the complete development of the region's tourism. In the end, it shows the demand of tourism projects, by value and geographical locality, not attended by government tourism agencies which lack financing resources.

KEY WORDS:

Tourism; Economic Growth; PRODETUR; Hosteling; Brazil-Northeastern Region.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EMBRATUR: 1981, 1983, 1985, 1987, 1990/1991, 1994/95. Brasília, 1991 n. 20. 186 p.
2. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HÓTEIS. *O Que as autoridades de governo e os parlamentares devem saber sobre o turismo*. Rio de Janeiro, 1992. 15p.
3. BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. *Perfil do Estado da Bahia: estatísticas selecionadas*. Salvador: CEI, 1990.
4. BANCO CENTRAL DO BRASIL, *Relatório: 1986, 1988, 1991*. Brasília, 1992.
5. BNB/ETENE. *O Turismo e sua importância para a economia do Nordeste*. Fortaleza, 1990, 60 p.
6. BNB\SUDENE\EMBRATUR\CTI-NE. *Programa de ação para o desenvolvimento do turismo Nordeste - PRODETUR-NE*. Fortaleza, 1992.
7. BOLETIM DE OCUPAÇÃO HOTELEIRA, 1990.
8. CARVALHO, Caio Luiz de. *Destino Brasil: novos caminhos para o turismo*. Rio de Janeiro: Hamburg, 1994. 232 p.
9. COMISSÃO DE TURISMO INTEGRADO DO NORDESTE - CTI - NE. *Indicadores do turismo Nordeste: 1990/1991*. Fortaleza, 1992. 44 p.
10. CONTADOR, C.R. *Avaliação social de projetos*. São Paulo: Atlas, 1981.
11. EMBRATUR. *Demanda turística internacional: 1991*. Brasília, 1992. 46 p.
12. EMPRESA DE TURISMO DO PIAUÍ. *PIEMTUR. Relatório de atividades: 1992*. Teresina, 1993.

Recebido para publicação em 19.01.96.